

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Fase 4 – Discussão Pública | Volume III - Programa de execução, plano de financiamento e plano de monitorização

junho 2026

ÍNDICE DE VOLUMES

Volume I – Regulamento, planta de condicionantes e planta de ordenamento

Volume II – Relatório

Volume III – Programa de execução, plano de financiamento e plano de monitorização

Volume IV – Relatório ambiental

Volume V – Caracterização e diagnóstico

INDICE DO VOLUME III

1. INTRODUÇÃO	1
2. PROGRAMA DE EXECUÇÃO	3
3. PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
4. PLANO DE MONITORIZAÇÃO	15

1. INTRODUÇÃO

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT-A), publicado pelo DLR n.º 35/2012/A de 16 de agosto, determina que o Plano Diretor Municipal - enquanto instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento do território municipal, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas -, define um programa de execução, contendo designadamente as “disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas”.

Acresce referir que o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março, pelo Decreto-Lei n.º 45/2022, de 8 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 16/2024, de 19 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 53-A/2025 de 9 de abril define que os PDM são acompanhados por um programa de execução que contém as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e do município a longo prazo.

Por outro lado, nos termos da nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o programa de execução deve conter:

- A explicitação dos respetivos objetivos e a identificação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes;
- A descrição e a estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas bem como dos respetivos prazos de execução;
- A ponderação da respetiva sustentabilidade ambiental e social, da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das respetivas propostas;
- A definição dos meios, dos sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução e dos demais agentes a envolver;
- A estimativa da capacidade de investimento público relativa às propostas, tendo em conta os custos da sua execução.

O presente relatório agrega 3 peças do conteúdo documental da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada (adiante designado como rPDM_PD), a saber:

- O programa de execução, que se encontra no capítulo 2, apresenta a rede de projetos cujo desenvolvimento se considera essencial para a concretização dos objetivos da rPDM_PD;
- O plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económico-financeira, que se encontra no capítulo 3, apresenta o volume total de investimento associado ao programa de execução e respetiva calendarização, bem como a fundamentação da sua viabilidade económica e financeira no quadro das finanças municipais;
- O plano de monitorização com os indicadores que permitem avaliar o estado de implementação do plano e as dinâmicas associadas ao processo de planeamento, no capítulo 4.

[Página propositadamente deixada em branco]

2. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

No âmbito da rPDM_PD, face à dimensão da revisão e distanciamento temporal face à anterior revisão, optou-se por construir uma “agenda” para o concelho totalmente de raiz, alinhada com os objetivos estratégicos do PDM revistos e com um conjunto de outros instrumentos que o Município tem vindo a aprovar recentemente, os quais informaram igualmente o modelo de ordenamento.

Neste contexto, o programa de execução da rPDM_PD integra um conjunto de projetos propostos para o concelho de Ponta Delgada, que se distribuem entre a iniciativa municipal e iniciativa privada.

A rede de projetos conta com um total de 93 projetos, identificados na tabela seguinte, e que se distribuem por 6 temáticas: habitação, equipamentos sociais, acessibilidades e transportes, requalificação e valorização paisagista e ordenamento do território.

Tabela 2.1_Projetos

N.º	Designação do projeto	Área temática
1	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Bento José Morais, S. Pedro	Habitação
2	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares sitos ao Calço da Má Cara, São Sebastião	
3	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Agostinho Cymbron, Fajã de Baixo	
4	Operação de loteamento e de construção de 8 habitações unifamiliares, sitas à Rua Nossa Senhora dos Remédios, Remédios	
5	Operação de loteamento e de construção de 6 habitações unifamiliares, sitas à Rua do Passal E.R., Mosteiros	
6	Operação de loteamento e de construção de 5 habitações unifamiliares, sitas à Rua da Carreira, Ginetes	
7	Construção de edifícios habitacionais multifamiliares na Rua Padre Joaquim, São José	
8	Reabilitação de Edifício sito à Rua Infante D. Henrique, Fajã de Cima	
9	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares na Rua Cardeal Humberto Medeiros, Arrifes	
10	Construção de Oito Fogos sitos ao Beco do Patrício, Fajã de Cima	
11	Edifícios Multifamiliares sitos à Rua Vaz de Medeiros, Fajã de Baixo	
12	Edifício Multidisciplinar da Freguesia da Relva	
13	Construção de 6 Habitações Unifamiliares, sitas à Avenida da Igreja, n.º 53, Relva	
14	Reabilitação de Edifício Multifamiliar sito à Rua da Arquinha	
15	Projeto piloto de produção de cartografia de pormenor de áreas ameaçadas por desgaseificação difusa	
16	Beneficiação da Escola EB1/JI Cecília Meireles, Fajã de Cima	Equipamentos sociais
17	Beneficiação da Escola EB1/JI de Capelas	
18	Beneficiação da Escola EB1/JI de São Vicente Ferreira	
19	Construção de Centro Ocupacional no 3.º Beco da Arquinha, São Sebastião	
20	Ampliação e Reabilitação da Escola EB1/JI de Fenais da Luz	
21	Projeto da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Urbano (Edifício Rua de São João)	Acessibilidades e Transportes
22	Parque de Estacionamento Av Infante D Henrique	
23	Construção de Parque de Estacionamento na Rua da Cidade, Fenais da Luz	
24	Construção de Parque de Estacionamento na Rua Rosa Jacinta, Fajã de Cima	
25	Construção de Parque de Estacionamento e Repavimentação da Rua da Glória, Livramento	
26	Pavimentação do Parque de Estacionamento da Má Cara	
27	Requalificação Urbanística do Eixo São Gonçalo	

28	Requalificação da Estrada do Rebentão – Fajã de Cima / Fenais da Luz
29	Construção de Via Arribanas
30	Prolongamento Av. D João III
31	Prolongamento Av. Fernão Jorge
32	Construção de Via 1
33	Construção de Via 2
34	Construção de Via 3
35	Construção de Via 4
36	Construção de Via 5
37	Construção de Via 6
38	Construção de Via 7
39	Construção de Via 8
40	Construção de Via 9
41	Construção de Via 10
42	Construção de Via 11
43	Construção de Via 12
44	Construção de Via 13
45	Construção de Via 14
46	Construção de Via 15
47	Construção de Via 16
48	Construção de Via 17
49	Construção de Via 18
50	Construção de Via 19
51	Construção de Via 20
52	Construção de Via 21
53	Construção de Via 22
54	Construção de Via 23
55	Construção de Via 24
56	Construção de Via 25
57	Construção de Via 26
58	Construção de Via 27
59	Construção de Via 28
60	Construção de Via 29
61	Construção de Via 30
62	Construção de Via 31
63	Construção de Via 32
64	Construção de Via 33
65	Construção de Via 34
66	Construção de Via 35
67	Construção de Via 36
68	Construção de Via 37
69	Construção de Via 38
70	Construção de Via 39
71	Construção de Via 40
72	Construção de Via 41
73	Construção de Via 42
74	Beneficiação e Ordenamento da Praia das Milícias e Pópulo
75	Beneficiação e Ordenamento da Praia dos Mosteiros

76	Eco Via do Norte	Requalificação e valorização paisagista
77	Requalificação Urbanística da Orla Costeira de Santa Clara	
78	Reforço da rede de abastecimento de água e saneamento no Município	Infraestruturas de Saneamento Básico
79	Recolha seletiva de resíduos porta-a-porta	
80	Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Ponta Delgada	Ordenamento do território
81	Elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM	
82	UOPG 1 – Belém Sul	
83	UOPG 2 – Lagedo Norte	
84	UOPG 3 – Belém Norte	
85	UOPG 4 – São Gonçalo Norte	
86	UOPG 5 – Levada	
87	UOPG 6 – Santa Catarina	
88	UOPG 7 – Paim	
89	UOPG 8 – Livramento / Pópulo	
90	UOPG 9 – Pico do Funcho	
91	UOPG 10 – São Roque	
92	UOPG 11 – Fajã de Cima	
93	UOPG 12 – Calheta	

A tabela seguinte descreve cada projeto, identificando o respetivo orçamento, prioridade bem como a entidade responsável.

Em termos de prioridade, e dado de que prazo de execução da rPDM_PD é de 10 anos, foram definidos os seguintes graus de prioridade:

- Prioridade elevada (E) - primeiros 5 anos, correspondendo ao curto prazo;
- Prioridade média (M) - do 6º ao 10º ano, correspondendo ao médio/longo prazo.

A maioria das ações (74%) apresentam prioridade média, devendo ser executadas na segunda metade do horizonte do plano, sendo 23 as ações de prioridade elevada.

Das 93 ações, 48 são da responsabilidade da CMPD, uma dos SMAS e as restantes 44 dos privados. A responsabilidade em termos de financiamento encontra-se descrita no capítulo seguinte.

Tabela 2.2_Descrição dos projetos

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Entidade responsável	Descrição
1	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Bento José Morais, S. Pedro	4 450 000 €	E	CMPD	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Bento José Morais, S. Pedro
2	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares sitos ao Calço da Má Cara, São Sebastião	2 250 000 €	E	CMPD	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares sitos ao Calço da Má Cara, São Sebastião
3	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Agostinho Cymbron, Fajã de Baixo	3 700 000 €	E	CMPD	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Agostinho Cymbron, Fajã de Baixo

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Entidade responsável	Descrição
4	Operação de loteamento e de construção de 8 habitações unifamiliares, sitas à Rua Nossa Senhora dos Remédios, Remédios	1 400 000 €	M	CMPD	Operação de loteamento e de construção de 8 habitações unifamiliares, sitas à Rua Nossa Senhora dos Remédios, Remédios
5	Operação de loteamento e de construção de 6 habitações unifamiliares, sitas à Rua do Passal E.R., Mosteiros	1 300 000 €	M	CMPD	Operação de loteamento e de construção de 6 habitações unifamiliares, sitas à Rua do Passal E.R., Mosteiros
6	Operação de loteamento e de construção de 5 habitações unifamiliares, sitas à Rua da Carreira, Ginetes	900 000 €	M	CMPD	Operação de loteamento e de construção de 5 habitações unifamiliares, sitas à Rua da Carreira, Ginetes
7	Construção de edifícios habitacionais multifamiliares na Rua Padre Joaquim, São José	4 150 000 €	E	CMPD	Construção de edifícios habitacionais multifamiliares na Rua Padre Joaquim, São José
8	Reabilitação de Edifício sito à Rua Infante D. Henrique, Fajã de Cima	900 000 €	M	CMPD	Reabilitação de Edifício sito à Rua Infante D. Henrique, Fajã de Cima
9	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares na Rua Cardeal Humberto Medeiros, Arrifes	4 850 000 €	E	CMPD	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares na Rua Cardeal Humberto Medeiros, Arrifes
10	Construção de Oito Fogos sitos ao Beco do Patrício, Fajã de Cima	1 900 000 €	E	CMPD	Construção de Oito Fogos sitos ao Beco do Patrício, Fajã de Cima
11	Edifícios Multifamiliares sitos à Rua Vaz de Medeiros, Fajã de Baixo	5 575 000 €	E	CMPD	Edifícios Multifamiliares sitos à Rua Vaz de Medeiros, Fajã de Baixo
12	Edifício Multidisciplinar da Freguesia da Relva	6 000 000 €	M	CMPD	Edifício Multidisciplinar da Freguesia da Relva
13	Construção de 6 Habitações Unifamiliares, sitas à Avenida da Igreja, n.º 53, Relva	1 700 000 €	M	CMPD	Construção de 6 Habitações Unifamiliares, sitas à Avenida da Igreja, n.º 53, Relva
14	Reabilitação de Edifício Multifamiliar sito à Rua da Arquinha	1 200 000 €	M	CMPD	Reabilitação de Edifício Multifamiliar sito à Rua da Arquinha
15	Projeto piloto de produção de cartografia de pormenor de Áreas ameaçadas por desgaseificação difusa	20 000 €	M	CMPD	Elaborar cartografia de pormenor de desgaseificação difusa para uma área vulnerável do concelho de forma a implementar um projeto piloto de monitorização dessa área

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Entidade responsável	Descrição
16	Beneficiação da Escola EB1/JI Cecília Meireles, Fajã de Cima	2 500 000 €	E	CMPD	Beneficiação da Escola EB1/JI Cecília Meireles, Fajã de Cima
17	Beneficiação da Escola EB1/JI de Capelas	5 000 000 €	M	CMPD	Beneficiação da Escola EB1/JI de Capelas
18	Beneficiação da Escola EB1/JI de São Vicente Ferreira	2 500 000 €	M	CMPD	Beneficiação da Escola EB1/JI de São Vicente Ferreira
19	Construção de Centro Ocupacional no 3.º Beco da Arquinha, São Sebastião	2 500 000 €	M	CMPD	Construção de Centro Ocupacional no 3.º Beco da Arquinha, São Sebastião
20	Ampliação e Reabilitação da Escola EB1/JI de Fenais da Luz	2 500 000 €	E	CMPD	Ampliação e Reabilitação da Escola EB1/JI de Fenais da Luz
21	Projeto da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Urbano (Edifício Rua de São João)	3 500 000 €	E	CMPD	Recuperação no Centro Histórico de edifício para serviços
22	Parque de Estacionamento Av Infante D Henrique	18 000 000 €	E	CMPD	Parque de Estacionamento subterrâneo na Av Infante D Henrique
23	Construção de Parque de Estacionamento na Rua da Cidade, Fenais da Luz	300 000 €	M	CMPD	Construção de Parque de Estacionamento na Rua da Cidade, Fenais da Luz
24	Construção de Parque de Estacionamento na Rua Rosa Jacinta, Fajã de Cima	250 000 €	M	CMPD	Construção de Parque de Estacionamento na Rua Rosa Jacinta, Fajã de Cima
25	Construção de Parque de Estacionamento e Repavimentação da Rua da Glória, Livramento	150 000 €	M	CMPD	Construção de Parque de Estacionamento e Repavimentação da Rua da Glória, Livramento
26	Pavimentação do Parque de Estacionamento da Má Cara	200 000 €	M	CMPD	Pavimentação do Parque de Estacionamento da Má Cara
27	Requalificação Urbanística do Eixo São Gonçalo	5 000 000 €	E	CMPD	Requalificação Urbanística do Eixo São Gonçalo – Avenida Antero de Quental
28	Requalificação da Estrada do Rebentão – Fajã de Cima / Fenais da Luz	1 500 000 €	M	CMPD	Alargamento e reabilitação de arruamento estruturante
29	Construção de Via Arribanas	8 500 000 €	E	CMPD	Construção de via
30	Prolongamento Av. D João III	2 000 000 €	E	CMPD	Prolongamento da Avenida D. João III e ligação à Avenida João Bosco Mota Amaral
31	Prolongamento Av. Fernão Jorge	950 000 €	E	Particulares	Construção de nó rodoviário e novo arruamento urbano
32	Construção de Via 1	1 165 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
33	Construção de Via 2	185 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
34	Construção de Via 3	550 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
35	Construção de Via 4	125 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
36	Construção de Via 5	185 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Entidade responsável	Descrição
37	Construção de Via 6	60 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
38	Construção de Via 7	250 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
39	Construção de Via 8	125 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
40	Construção de Via 9	250 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
41	Construção de Via 10	300 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
42	Construção de Via 11	625 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
43	Construção de Via 12	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
44	Construção de Via 13	500 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
45	Construção de Via 14	680 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
46	Construção de Via 15	60 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
47	Construção de Via 16	140 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
48	Construção de Via 17	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
49	Construção de Via 18	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
50	Construção de Via 19	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
51	Construção de Via 20	60 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
52	Construção de Via 21	60 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
53	Construção de Via 22	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
54	Construção de Via 23	125 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
55	Construção de Via 24	550 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
56	Construção de Via 25	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
57	Construção de Via 26	375 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
58	Construção de Via 27	125 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
59	Construção de Via 28	250 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
60	Construção de Via 29	250 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
61	Construção de Via 30	250 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
62	Construção de Via 31	65 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
63	Construção de Via 32	425 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
64	Construção de Via 33	1 375 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
65	Construção de Via 34	220 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
66	Construção de Via 35	400 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
67	Construção de Via 36	450 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
68	Construção de Via 37	250 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
69	Construção de Via 38	1 375 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
70	Construção de Via 39	500 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
71	Construção de Via 40	150 000 €	M	Particulares	Construção de arruamento urbano
72	Construção de Via 41	60 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
73	Construção de Via 42	190 000 €	M	Particulares	Prolongamento de arruamento urbano
74	Beneficiação e Ordenamento da Praia das Milícias e Pópulo	5 100 000 €	E	CMPD	Reabilitação e ordenamento da área envolvente às praias da Milícias e Pópulo
75	Beneficiação e Ordenamento da Praia dos Mosteiros	2 500 000 €	E	CMPD	Beneficiação e Ordenamento da Praia dos Mosteiros
76	Eco Via do Norte	1 500 000 €	M	CMPD	Via litoral pedonal panorâmica
77	Requalificação Urbanística da Orla Costeira de Santa Clara	600 000 €	E	CMPD	Requalificação Urbanística da Orla Costeira de Santa Clara – Espaço Público
78	Reforço da rede de abastecimento de água e saneamento no Município	30 000 000 €	M	SMAS	Intervenção de manutenção e expansão de rede de abastecimento de água e recolha de águas residuais no concelho
79	Recolha seletiva de resíduos porta-a-porta	6 000 000 €	E	CMPD	Dar continuidade à implementação do projeto que começou a ser implementado em 2026 e que tem um prazo de execução até 2028
80	Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Ponta Delgada	70 000 €	M	CMPD	Elaboração de um plano de pormenor que consagre normas de intervenção no edificado que garanta a salvaguarda do

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Entidade responsável	Descrição
					património edificado e promova a reabilitação do mesmo
81	Elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM	20 000 €	M	CMPD	Documento destinado aos projetistas e cidadãos no sentido de clarificar a aplicação das normas do PDM, contemplando algumas boas práticas adicionais e ilustrações exemplificativas
82	UOPG 1 – Belém Sul	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
83	UOPG 2 – Lagedo Norte	0 €	E	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
84	UOPG 3 – Belém Norte	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
85	UOPG 4 – São Gonçalo Norte	0 €	E	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
86	UOPG 5 – Levada	0 €	E	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
87	UOPG 6 – Santa Catarina	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
88	UOPG 7 – Paim	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
89	UOPG 8 – Livramento / Pópulo	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
90	UOPG 9 – Pico do Funcho	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
91	UOPG 10 – São Roque	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
92	UOPG 11 – Fajã de Cima	0 €	M	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Entidade responsável	Descrição
93	UOPG 12 – Calheta	0 €	E	CMPD	Implementação da UOPG - Contacto com os proprietários, desenvolvimento de estudo da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento
Total		154.890.000€			

No caso dos projetos de dizem respeito à construção das vias propostas, sem prejuízo do grau de prioridade estabelecido na tabela anterior, o regulamento define que a reserva de solo que corresponde aos respetivos corredores *non aedificandi*, caduca no prazo de dez anos contados da data da entrada em vigor da rPDM.

No caso dos projetos que dizem respeito a UOPG, salienta-se que o custo da respetiva infraestruturização está previsto no âmbito das vias propostas.

As prioridades dos projetos que dizem respeito a UOPG encontra-se fundamentada no capítulo 4 do relatório.

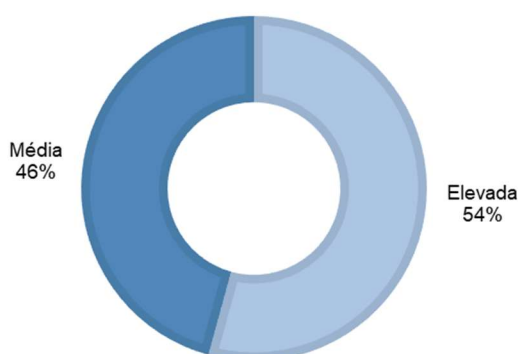
3. PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O valor global do investimento associado à implementação da rPDM_PD e que se traduz nos projetos apresentados no capítulo anterior, totaliza **154.890.000 €** (valor ao qual acresce o IVA). A programação temporal destes investimentos, de acordo com o grau de prioridade definido para cada projeto, é a seguinte:

- Prioridade elevada - primeiros 5 anos – 84.025.000€;
- Prioridade média - do 6º ao 10º ano – 70.865.000€.

Esta distribuição temporal será, obviamente, sujeita a ajustamentos mediante a disponibilidade das fontes de financiamento, mas traduzem-se, à partida, numa distribuição equilibrada no horizonte do PDM, conforme mostra o gráfico seguinte.

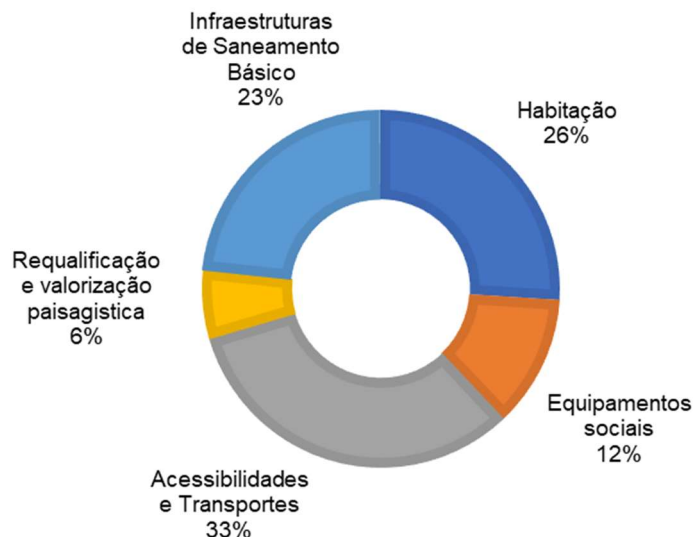
Figura 3.1_Distribuição do investimento por prioridade



O programa de execução apresenta um peso significativo de projetos no domínio das acessibilidades e transportes (52), seguido das temáticas da habitação e ordenamento do território (15 e 14), representando as restantes 3 temáticas um total de 12 projetos.

No entanto, a distribuição do investimento é bastante distinta quando comparada com o número de projetos por temática, salientando-se o peso da habitação, das acessibilidades e transportes e infraestruturas de saneamento básico, que no seu conjunto traduzem mais de 80% do investimento previsto. Os projetos no domínio do ordenamento do território têm reduzida expressão porque dizem respeito, na maioria, à concretização das UOPG o que se traduz em trabalho técnico, de acompanhamento e articulação, a desenvolver pelos serviços municipais, considerando-se gestão corrente

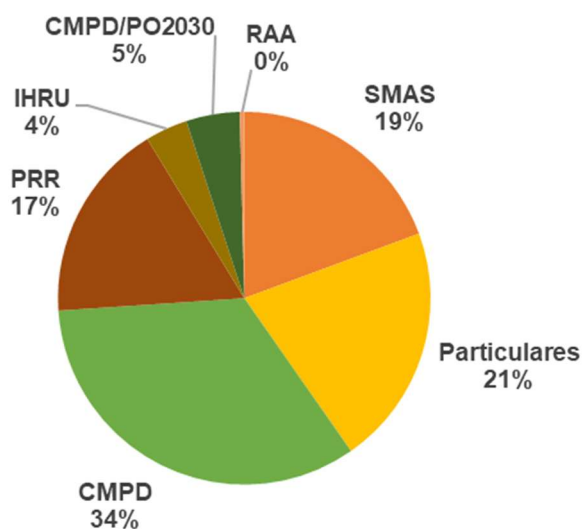
Figura 3.2_Distribuição do investimento por temática



Em termos de financiamento das ações, compete à CMPD um terço do investimento previsto no programa de execução, considerando as ações a custear com fundos próprios e aquelas que terão a comparticipação do PO2030 (75%), abrangendo 3 projetos no domínio das acessibilidades e transportes. Os SMAS, por sua vez, têm a seu cargo 20% do investimento no âmbito do projeto de reforço da rede de abastecimento de água e saneamento. O Plano de Recuperação e Resiliência cobrirá 18% do investimento, cerca de 26,8 milhões de euros em 7 projetos no domínio da habitação. Também neste domínio, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana é responsável por cerca de 5,7 milhões de euros de investimento em 5 projetos. De referir, ainda, que o projeto de requalificação Urbanística da Orla Costeira de Santa Clara será financiado pelo Governo Regional no âmbito de um contrato ARAL, embora tendo expressão reduzida no total do investimento do programa de execução.

Já os particulares têm um papel muito relevante em ações no domínio das acessibilidades e transportes, correspondendo à construção de um parque de estacionamento e diversos arruamentos urbanos num total de cerca de 32 milhões de euros.

Figura 3.3_Distribuição do investimento por entidade responsável



O quadro seguinte sistematiza as fontes de financiamento previstas para os projetos da responsabilidade da CMPD.

Tabela 3.1_ Financiamento do programa de execução da rPDM_PD

N.º	Designação	Fonte de financiamento
1	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Bento José Morais, S. Pedro	PRR
2	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares sitos ao Calço da Má Cara, São Sebastião	PRR
3	Edifício(s) Multifamiliar(es), sito à Rua Agostinho Cymbron, Fajã de Baixo	PRR
4	Operação de loteamento e de construção de 8 habitações unifamiliares, sitas à Rua Nossa Senhora dos Remédios, Remédios	IHRU
5	Operação de loteamento e de construção de 6 habitações unifamiliares, sitas à Rua do Passal E.R., Mosteiros	IHRU
6	Operação de loteamento e de construção de 5 habitações unifamiliares, sitas à Rua da Carreira, Ginetes	IHRU
7	Construção de edifícios habitacionais multifamiliares na Rua Padre Joaquim, São José	PRR
8	Reabilitação de Edifício sito à Rua Infante D. Henrique, Fajã de Cima	IHRU
9	Construção de Edifícios Habitacionais Multifamiliares na Rua Cardeal Humberto Medeiros, Arrifes	PRR
10	Construção de Oito Fogos sitos ao Beco do Patrício, Fajã de Cima	PRR
11	Edifícios Multifamiliares sitos à Rua Vaz de Medeiros, Fajã de Baixo	PRR
12	Edifício Multidisciplinar da Freguesia da Relva	CMPD
13	Construção de 6 Habitações Unifamiliares, sitas à Avenida da Igreja, n.º 53, Relva	CMPD
14	Reabilitação de Edifício Multifamiliar sito à Rua da Arquinha	IHRU
15	Projeto piloto de produção de cartografia de pormenor sobre ade áreas ameaçadas por desgaseificação difusa	CMPD
16	Beneficiação da Escola EB1/JI Cecília Meireles, Fajã de Cima	CMPD
17	Beneficiação da Escola EB1/JI de Capelas	CMPD
18	Beneficiação da Escola EB1/JI de São Vicente Ferreira	CMPD
19	Construção de Centro Ocupacional no 3.º Beco da Arquinha, São Sebastião	CMPD
20	Ampliação e Reabilitação da Escola EB1/JI de Fenais da Luz	CMPD
21	Projeto da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Urbano (Edifício Rua de São João)	CMPD
23	Construção de Parque de Estacionamento na Rua da Cidade, Fenais da Luz	CMPD
24	Construção de Parque de Estacionamento na Rua Rosa Jacinta, Fajã de Cima	CMPD
25	Construção de Parque de Estacionamento e Repavimentação da Rua da Glória, Livramento	CMPD
26	Pavimentação do Parque de Estacionamento da Má Cara	PO2030
27	Requalificação Urbanística do Eixo São Gonçalo	PO2030
28	Requalificação da Estrada do Rebentão – Fajã de Cima / Fenais da Luz	CMPD
29	Construção de Via Arribanas	CMPD
30	Prolongamento Av. D João III	PO2030
74	Beneficiação e Ordenamento da Praia das Milícias e Pópulo	CMPD
75	Beneficiação e Ordenamento da Praia dos Mosteiros	CMPD
76	Eco Via do Norte	CMPD
77	Requalificação Urbanística da Orla Costeira de Santa Clara	RAA
79	Recolha seletiva de resíduos porta-a-porta	CMPD
80	Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Ponta Delgada	CMPD
81	Elaboração de um guia de boas práticas urbanísticas e apoio à aplicação do PDM	CMPD

Em suma, o programa de execução apresentado constitui uma responsabilidade para a CMPD de 53.190.000€, a distribuir ao longo de 10 anos.

Em termos de finanças locais, os orçamentos anuais do Município têm assumido um valor anual médio associado à rubrica de despesas com aquisição de bens de capital (efetivamente paga), de aproximadamente 12 milhões de euros. A tabela seguinte apresenta os valores dessa rubrica inscritos nos relatórios de contas do Município dos últimos anos.

Tabela 3.2_ Valores de execução orçamental relativos à aquisição de bens de capital

2020	2021	2022	2023	2024	média
12 450 365 €	12 637 278 €	11 759 553 €	12 216 481 €	11 192 970 €	12 051 329 €

No que se refere à receita, entre 2019 e 2024 o valor médio anual da receita do Município rondou os 52 milhões de euros, tendo a mesma apresentado uma tendência crescente. O quadro seguinte apresenta a estrutura da receita nesse intervalo de tempo.

Tabela 3.4_Evolução da Receita da CMPD 2019-2024

Receitas	Evolução da Receita					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Impostos Diretos	15 556 463,40 €	15 701 437,30 €	15 688 114,22 €	17 803 732,94 €	18 571 769,12 €	20 291 486,59 €
IMI	7 433 233,57 €	7 511 213,77 €	7 567 899,55 €	7 713 968,06 €	7 869 433,37 €	8 098 464,88 €
IUC	1 533 325,12 €	1 529 727,28 €	1 580 420,14 €	1 663 529,10 €	1 786 927,96 €	1 844 107,18 €
IMT	4 905 296,40 €	4 302 432,74 €	5 027 666,67 €	7 041 834,88 €	7 137 766,05 €	8 053 136,34 €
Derrama	1 684 608,31 €	2 358 063,51 €	1 512 127,86 €	1 384 400,90 €	1 777 641,74 €	2 295 778,19 €
2. Impostos Indiretos	649 907,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	756 940,40 €	1 145 499,22 €	1 701 871,68 €	1 302 563,21 €	1 320 684,90 €	1 808 604,30 €
4. Rendimentos de Propriedades	2 472 482,09 €	1 799 374,35 €	3 798 670,40 €	3 825 914,88 €	905 315,13 €	1 196 292,69 €
5. Transferências Correntes	13 987 617,40 €	14 776 179,19 €	16 273 263,61 €	16 392 612,51 €	15 175 734,94 €	17 800 223,78 €
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9 375 645,00 €	9 941 562,00 €	10 811 907,57 €	10 398 410,43 €	9 798 674,00 €	8 650 461,00 €
Fundo Social Municipal	1 548 766,00 €	1 548 766,00 €	1 548 766,00 €	1 738 851,00 €	1 817 941,00 €	2 737 813,00 €
IRS	2 944 450,00 €	3 180 786,00 €	3 407 353,00 €	2 805 355,00 €	2 704 147,00 €	2 808 318,00 €
Outras	118 756,40 €	105 065,19 €	505 237,04 €	1 449 996,08 €	854 972,94 €	3 603 631,78 €
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	3 511 719,88 €	2 464 022,18 €	3 120 554,40 €	3 744 452,81 €	3 929 276,99 €	3 951 320,19 €
7. Outras Receitas Correntes	181 264,19 €	59 478,42 €	85 257,19 €	205 820,13 €	398 305,31 €	358 874,67 €
Total das Receitas Correntes	37 116 395,25 €	35 945 990,66 €	40 667 731,50 €	43 275 096,48 €	40 301 086,39 €	45 406 802,22 €
8. Vendas de Bens de Investimento	137 685,51 €	6 208,05 €	5 724,44 €	6 987,46 €	6 517,84 €	19 772,76 €
9. Transferência de Capital	5 353 920,21 €	4 671 195,50 €	3 414 100,02 €	2 487 013,58 €	3 563 533,09 €	3 685 740,20 €
FEF	1 041 738,00 €	1 104 618,00 €	1 203 441,00 €	773 409,00 €	1 088 742,00 €	961 162,00 €
Outras	4 312 182,21 €	3 566 577,50 €	2 210 659,02 €	1 713 604,58 €	2 474 791,09 €	2 724 578,20 €
10. Ativos Financeiros	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
11. Passivos Financeiros (emp.)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 198 993,81 €
12. Outras Receitas de Capital	21 789,79 €	13 938,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total das Receitas de Capital	5 513 895,51 €	4 691 342,52 €	3 419 824,46 €	2 494 001,04 €	3 570 050,93 €	4 904 506,77 €
13. Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,10 €	20 067,86 €	71 299,47 €	25 448,79 €	11 865,31 €	1185,31 €
14. Saldo da Gerência Anterior	5 840 535,05 €	5 947 328,21 €	6 543 425,99 €	10 095 881,08 €	10 707 531,43 €	5 884 522,64 €
Total Outras Receitas	5 840 535,15 €	5 967 396,07 €	6 614 725,46 €	10 121 329,87 €	10 719 396,74 €	5 885 707,95 €
Total Receitas	48 470 825,91 €	46 604 729,25 €	50 702 281,42 €	55 890 427,39 €	54 590 534,06 €	56 197 016,94 €

O orçamento plurianual é também uma referência a considerar na demonstração da capacidade da CMPD. Como mostra a tabela seguinte, a despesa média anual prevista para os próximos 4 anos ronda os 29 milhões de euros.

Tabela 3.5_Orçamento da CMPD 2026-2029

	2026	2027	2028	2029	Total
1. Funções Gerais	2 501 966,00 €	5 773 202,00 €	8 451 150,00 €	4 997 050,00 €	21 723 368,00 €
Serviços Gerais e Administração Pública	2 501 966,00 €	5 773 202,00 €	8 451 150,00 €	4 997 050,00 €	21 723 368,00 €
Segurança e Ordem Pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2. Funções Sociais	37 298 794,00 €	13 452 837,00 €	9 843 422,00 €	13 541 316,00 €	74 136 369,00 €
Educação	3 375 587,00 €	1 972 973,00 €	1 473 673,00 €	1 532 673,00 €	8 354 906,00 €
Ação Social	2 200 213,00 €	2 574 394,00 €	2 578 818,00 €	2 672 394,00 €	10 025 819,00 €
Habituação e Serviços Colectivos	28 825 494,00 €	5 265 290,00 €	3 700 751,00 €	7 445 669,00 €	45 237 204,00 €
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 897 500,00 €	3 640 180,00 €	2 090 180,00 €	1 890 580,00 €	10 518 440,00 €
3. Funções Económicas	8 724 045,00 €	4 674 120,00 €	5 606 200,00 €	1 805 830,00 €	20 810 195,00 €
Transporte e Comunicações	6 752 645,00 €	4 640 620,00 €	5 554 600,00 €	1 754 230,00 €	18 702 095,00 €
Comércio e Turismo	1 955 300,00 €	2 400,00 €	500,00 €	500,00 €	1 958 700,00 €
Outras Funções Económicas	16 100,00 €	31 100,00 €	51 100,00 €	51 100,00 €	149 400,00 €
4. Outras Funções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Operações da Dívida Autárquica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	48 524 805,00 €	23 900 159,00 €	23 900 772,00 €	20 344 196,00 €	116 669 932,00 €
					29 167 483,00 €

Deste modo, pode-se afirmar que o programa de execução é adequado às capacidades do Município, confirmando-se a viabilidade económico-financeira da rPDM_PD. Com efeito, o valor estimado médio anual de investimento municipal, no âmbito do PDM, de 5,3 milhões de euros, enquadra-se quer no que tem vindo a ser orçamento como nas receitas estimadas para os próximos anos. Mesmo num cenário em que a CMPD tenha de substituir-se aos particulares, assumindo a despesa a execução das vias propostas, estaríamos perante uma estimativa média anual de cerca de 8 milhões de euros, ainda assim, inferior à despesa média com bens de capital referida na Tabela 3.4.

4. PLANO DE MONITORIZAÇÃO

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo determina que o PDM deve definir um conjunto de indicadores e parâmetros de monitorização da respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua implementação.

Neste contexto, a monitorização e avaliação do estado de concretização da rPDM_PD são componentes fundamentais do processo de planeamento e importantes instrumentos de apoio à tomada de decisão. Destina-se a verificar a eficiência e eficácia da aplicação do Plano, estado de implementação das medidas e dinâmicas associadas, a fornecer informação sobre os seus fins, a sua gestão e funcionamento, e permite introduzir alterações e correções nos seus vários momentos de desenvolvimento.

A avaliação da execução da rPDM_PD é feita através da elaboração de Relatórios de Estado do Ordenamento do Território, a executar de quatro em quatro anos, o qual deve conter:

- A avaliação da prossecução e pertinência dos objetivos enunciados no artigo 2.º;
- A avaliação da implementação das ações previstas no programa de execução do plano;
- O ponto de situação da concretização das UOPG definidas no plano;
- A análise da aplicação do presente regulamento no controlo prévio de operações urbanísticas;
- A análise da dinâmica urbanística, por tipologia e função, registada desde a entrada em vigor da revisão do PDM;
- A análise dos indicadores de avaliação estabelecidos no PDM;
- Uma apreciação global do PDM em face das conclusões retiradas dos pontos anteriores.

A rPDM_PD deve ser monitorizado a dois níveis, o político – estratégico (há alterações de contexto que justifiquem rever o Plano, os seus objetivos, as suas prioridades? Mantêm-se as principais orientações de política pública regional e nacional? entre outros) e o operacional (relativo à execução das intervenções programadas).

Um sistema de avaliação, para que produza resultados eficazes e comparáveis, tem que se basear nos seguintes princípios:

- Clareza dos objetivos da avaliação;
- Simplicidade dos indicadores;
- Comparabilidade dos indicadores no tempo.

Três dimensões de análise são fundamentais para a construção de um sistema de avaliação e monitorização, nomeadamente:

- **Monitorização da aplicação do Plano**, referente à verificação contínua da aplicação de facto das políticas adotadas pelo Plano e identificação de possíveis causas de não aplicação;
- **Monitorização de resultados e impactos**, relativa à avaliação contínua do alcance dos objetivos e metas definidos na estratégia do Plano e identificação de eventuais desvios, estabelecendo níveis de desempenho e de alerta;
- **Monitorização estratégica**, referente à avaliação da adequação de políticas de âmbito setorial para o alcance dos objetivos do Plano, recomendando o seu eventual ajustamento ou revisão.

A avaliação poderá também fundamentar recomendações que suportem os processos de decisão relativamente à localização, dimensionamento e condições de realização de projetos estruturantes, com base no seu interesse estratégico para o Município, designadamente quando se trate de projetos que visem:

- Assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível da sua execução a curto prazo como dos seus objetivos a médio e longo prazos;
- Reforçar o empreendedorismo, a participação, a governança partilhada, a capacitação institucional e a parceria para o desenvolvimento;
- Promover o desenvolvimento da economia ao exterior e a sua integração em espaços alargados;

- Promover o desenvolvimento económico, nomeadamente a valorização dos recursos endógenos e da sua diversidade;
- Promover a coesão territorial e social e melhorar a qualidade de vida da população;
- Garantir a criação coordenada das infraestruturas e dos equipamentos;
- Promover o ordenamento do território;
- Promover a proteção e valorização dos recursos naturais, culturais e ambientais.

Na tabela seguinte apresenta-se a matriz síntese do modelo de avaliação proposto.

Tabela 4.1_Modelo de avaliação

Temas	Questões	Indicadores	Objetivos	Alterações
Objetivos do Plano	Estão a ser cumpridos os objetivos do Plano?	- N.º de ações de promoção pública ou privada que se enquadram (ou que não se enquadram) nos objetivos do Plano.	Determinar o grau de pertinência dos objetivos do Plano; Determinar o grau de aceitação real dos objetivos do Plano, por parte dos decisores.	Explicitar os objetivos; Criar formas mais eficazes de fiscalização; Anotar alterações aos objetivos.
Programa de execução	Os projetos /ações estão a ser efetivadas? Com que prazos, com que custos e financiadas por quem?	- N.º de projetos/ações previstas e cumpridas; - Prazos de realização dos projetos/ações; - Custos; - Fontes de financiamento; - Parceiros envolvidos.	Determinar o realismo das propostas; Avaliar o grau de envolvimento de agentes públicos e privados na sua execução.	Reformular o painel de propostas; Desenvolver ações de <i>marketing</i> territorial; Procurar novos investidores e formas alternativas de financiamento.
Integração de políticas	As determinações do Plano estão a ser levadas em conta nas restantes políticas setoriais e locais?	- N.º de referências explícitas ao Plano noutros documentos estratégicos; - Compatibilidade das políticas setoriais com o Plano.	Determinar o grau de importância do Plano na ação dos planeadores e decisores.	Explicitar os objetivos; Reforçar as ações de comunicação do Plano.
Reforço da capacitação institucional e das políticas de ordenamento do território	Quanta iniciativas privadas de reabilitação urbana ocorreram? Quantas entidades da administração se envolvem? E associações?	- N.º de edifícios reabilitados para habitação - N.º de edifício reabilitados para comércio e serviços	Determinar a capacidade integrar e agregar soluções de regeneração Determinar os efeitos positivos na qualidade de vida da população	Reforçar os mecanismos administrativos na definição de soluções; Reforçar as ações de comunicação
Sustentabilidade	Quais foram os ganhos económicos, sociais e ambientais que resultaram da aprovação do Plano? Quais os ganhos materiais que este possibilitou?	Aplicação do plano de monitorização definido no Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica	Monitorização dos fatores de sustentabilidade definidos no Relatório Ambiental	Reforçar os meios de comunicação do Plano; Definir novas metas para o cumprimento das ações complementares não previstas no plano; Criar mecanismos de auxílio dos diversos agentes territoriais.

Assim, a monitorização mais operacional deve ser realizada através da verificação regular do cumprimento das metas das ações previstas no Programa de Execução. Para esse efeito, cada projeto definido tem associada uma programação temporal e financeira, bem como alguns indicadores de realização e resultado, que se sintetizam na tabela seguinte.

Dado que a quase totalidade das ações correspondem a empreitadas, os indicadores são de execução o que inclui os estudos e projetos que antecedem as obras. Prevendo-se apenas dois níveis de prioridade, que correspondem a metade do horizonte do plano cada um deles, as metas de coincidem com o período temporal

associado à respetiva prioridade. No caso das UOPG, tratando-se os projetos da componente administrativa e técnica associada à sua implementação, e não à concretização das respetivas obras, os indicadores são de implementação

Tabela 4.2_Quadro de indicadores de monitorização do programa de execução

PROJETO	INDICADORES	METAS	
		2027 – 2031	2032 - 2036
1, 2, 3, 7, 9, 10, 11, 16, 20, 21, 22, 27, 29, 31, 74, 75, 77, 79	Execução	100%	
4, 5, 6, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 78, 80, 81	Execução		100%
82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93	Implementação	50%	50%



Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa
R. Duque de Palmela, nº25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt